

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

OS EFEITOS DA ENTRADA DOS BANCOS ESTRANGEIROS

NO MERCADO FINANCEIRO DOMÉSTICO

PAULA JOST MAGALHÃES

Nº matrícula 9616328

Orientador : Roberto Iglesias

Novembro 1999

"Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor".

INTRODUÇÃO.....	3
I.SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL	
I-1 Mudanças na estrutura do sistema financeiro.....	6
I-2 Avanço dos fluxos de capitais internacionais.....	7
II.VANTAGENS DA ENTRADA DOS BANCOS ESTRANGEIROS.....	11
III. MUDANÇAS NO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL.....	13
III.1 O Sistema Financeiro Nacional após o Plano Real.....	14
III.2 Impacto da entrada dos bancos estrangeiros na estrutura do Sistema Bancário.....	17
III.3 Captação Externa.....	23
IV.EFEITOS DA ENTRADA DOS BANCOS ESTRANGEIROS SOBRE EFICIÊNCIA E RENTABILIDADE DO MERCADO BRASILEIRO.....	27
V.CONCLUSÃO.....	31
BIBLIOGRAFIA.....	33

INTRODUÇÃO:

A globalização dos mercados tem sido um dos fatos mais marcantes de desenvolvimento da política econômica mundial nos últimos anos. Foi observado um grande aumento na importância dos fluxos de bens e capitais e para facilitar essa troca, muitos bancos aumentaram seus investimentos internacionais.

Os bancos se expandiram internacionalmente estabelecendo subsidiárias e agências nos países estrangeiros ou comprando bancos domésticos. Essa internacionalização do sistema bancário foi facilitada pela liberalização de muitos mercados financeiros domésticos.

No caso brasileiro, o sistema financeiro nacional sofreu nos últimos cinco anos profundas e sensíveis mudanças. Viu desaparecer a possibilidade de ganhos decorrentes da inflação, mergulhou numa avalanche de fusões e aquisições e presenciou a chegada e consolidação de grandes grupos estrangeiros, que alteraram fortemente as características básicas do mercado doméstico.

Adicionalmente, a má qualidade de operações de concessão de créditos e o aumento dos níveis de inadimplência, aliado a diversos outros fatores conjunturais, acarretaram a crise de alguns bancos, que explodiu em meados de 1995.

A resposta do governo federal para enfrentar o problema foi a criação de uma linha de crédito aos bancos - o Proer, além do Fundo de Garantia ao Crédito (FGC), seguro que garante a devolução de créditos, até R\$20 mil, em caso de falência.

Desde o começo do Plano Real foram liquidadas, segundo dados do Banco Central, mais de 170 instituições financeiras, entre elas 6 bancos comerciais e 30 bancos múltiplos pertencentes ao capital privado nacional e 3 bancos pertencentes ao Estado.

Se por um lado o Plano Real significou o fim da linha para muitas instituições, e grande concentração bancária, a estabilidade da economia e mudanças nas regulamentações permitiram maior participação do capital estrangeiro nesse mercado. Neste ano, estatísticas indicam que os bancos estrangeiros já participam com 35% do patrimônio líquido dos bancos privados e 39% do total de ativos, sendo que das dez maiores instituições do país, quatro delas têm capital exclusivamente estrangeiro.

A proposta da monografia é mostrar as mudanças da estrutura do Sistema Financeiro Nacional com a entrada dos bancos estrangeiros e analisar os efeitos da entrada dos estrangeiros sobre a eficiência e lucratividade dos bancos nacionais.

O capítulo 1, visa, primeiramente traçar um panorama sobre a evolução do sistema financeiro internacional e tenta mostrar o grande aumento dos fluxos de capitais para países em desenvolvimento. O capítulo 2 indica algumas propostas a favor da abertura dos mercados nacionais à entrada de estrangeiros. No capítulo 3 é mostrada a reestruturação do sistema financeiro nacional após Plano Real e os efeitos da entrada de

bancos estrangeiros sobre a estrutura do sistema bancário nacional. No capítulo 4 é analisado as mudanças na eficiência e rentabilidade dos bancos nacionais dada a entrada dos bancos estrangeiros. O último capítulo conclui a monografia.

I - SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

I-1-MUDANÇA NA ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

Nos últimos anos, mudanças profundas tem ocorrido na natureza e na forma da atividade financeira, tanto doméstica quanto internacional. Em termos de organização dos sistemas financeiros, era observado basicamente dois modelos de estruturação: sistema financeiro segmentado com instituições financeiras específicas operando em cada segmento e o modelo de banco universal onde a mesma instituição financeira exerce vários papéis e opera em diversos segmentos. No cenário de hoje, entretanto, ambas as estruturas estão sofrendo profundas transformações.

Por um lado pressões competitivas e inovações tecnológicas e financeiras estão tornando cada vez mais difícil e inútil a defesa da segmentação. Por outro lado, novos mercados e produtos financeiros tem favorecido o crescimento da securitização, ameaçando assim os sistemas de banco universal baseados na predominância de relações de crédito.

A tendência a globalização financeira tem sido um poderoso fator de mudança rumo a convergência estrutural, formando sistemas financeiros organizados em torno de grandes conglomerados, capazes de operar como bancos comerciais e de investimento em mercados cada vez mais sofisticados e diferenciados em termo de produtos.

Os fatores mais utilizados para explicar a tendência rumo à globalização são o movimento de desregulação e o avanço tecnológico. O progresso nas comunicações permite maior acesso aos mercados espalhados pelo mundo, enquanto que diferentes regulações estimulam as instituições financeiras a atuar nestes mercados através da colocação de produtos complexos que os avanços no processamento de dados e o progresso na tecnologia de telecomunicações tornaram possíveis.

Com relação aos países emergentes, o aumento dos fluxos financeiros já representa uma oferta grande de recursos, suficiente para causar mudanças estruturais profundas na organização institucional de seus mercados. Além disso, a desregulamentação financeira, acompanhando a nova visão ideológica de mercados livres, derrubou várias barreiras entre os diversos mercados nacionais. Para serem capazes de operar na escala desejável, os bancos formam hoje, conglomerados, seja pelo desenvolvimento de novas divisões no seu próprio interior, seja pela aquisição ou fusão com outras instituições financeiras.

I-2 AVANÇO DOS FLUXOS DE CAPITAIS INTERNACIONAIS

Durante 1991-1996 houve um grande aumento do fluxo de capitais para países em desenvolvimento. Esse grande fluxo por um lado, aumentou a oferta de meios de financiamento disponíveis, mas por outro lado, elevou o risco de instabilidade e contágio dos mercados financeiros domésticos.

A tabela 1 mostra três componentes de fluxo de capitais para os países em desenvolvimento: i) investimento direto; ii) investimento de portfólio; iii) outros fluxos, incluindo crédito, empréstimos e outras contas

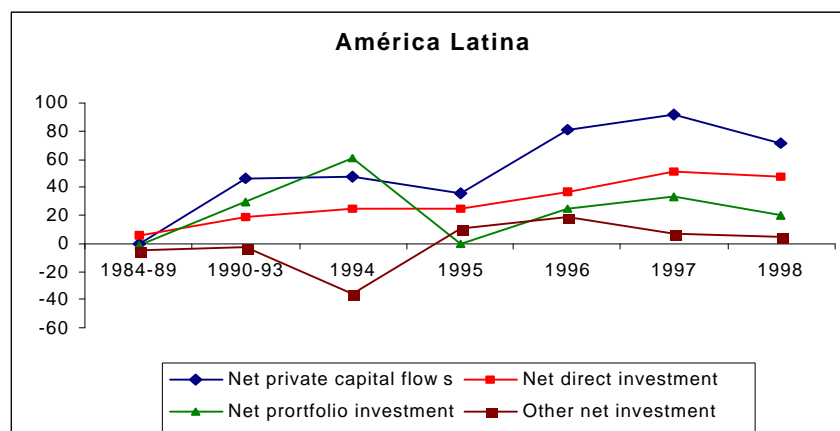
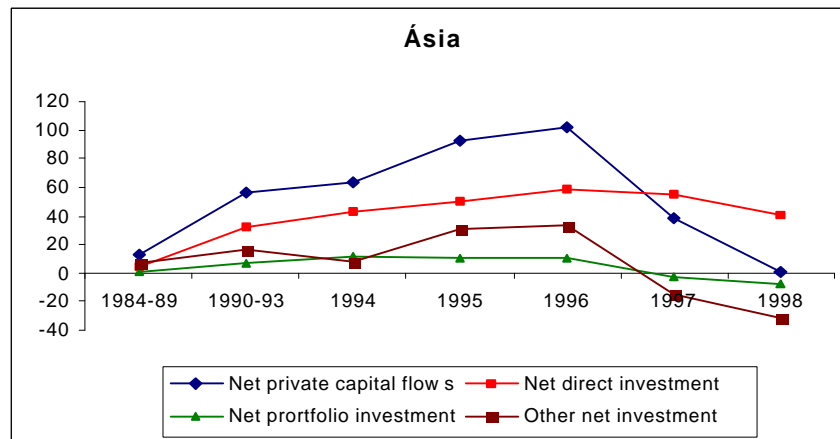
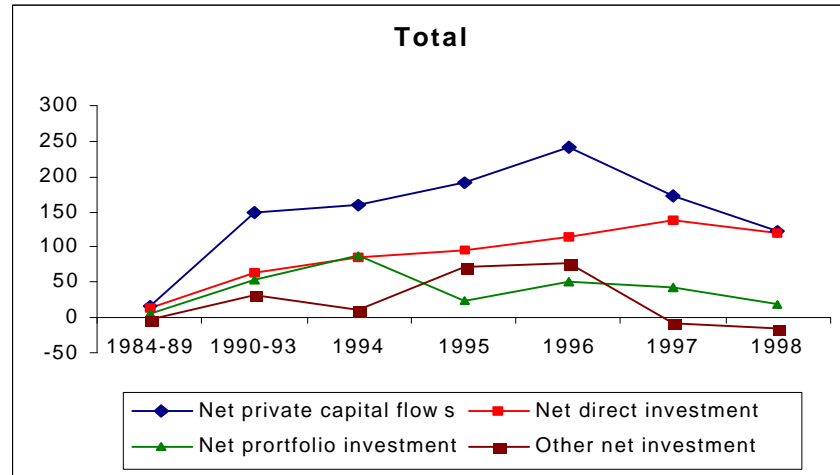
Tabela 1- Fluxos de Capitais de países desenvolvidos para países em desenvolvimento

(Em bilhões de dólares)

	1984-89	1990-93	1994	1995	1996	1997	1998
Total							
Net private capital flows	15,2	148,1	160,5	192,0	240,8	173,7	122,0
Net direct investment	12,9	63,1	84,3	96,0	114,9	138,2	119,6
Net portfolio investment	4,7	54,1	87,8	23,5	49,7	42,9	18,0
Other net investment	-2,5	30,9	11,7	72,5	76,2	-7,3	-15,6
Asia							
Net private capital flows	13	55,9	63,1	91,8	102,2	38,5	1,5
Net direct investment	4,5	32,2	43,4	49,7	58,5	55,4	40,6
Net portfolio investment	1,5	6,8	11,3	10,8	10,2	-2,2	-7,0
Other net investment	7	16,9	8,3	31,3	33,5	-14,7	-32,1
América Latina							
Net private capital flows	-0,2	45,7	47,4	35,7	80,5	91,1	71,7
Net direct investment	5,3	18,7	24,3	25,3	36,9	51,2	48,0
Net portfolio investment	-0,9	29,9	60,6	-0,1	25,2	33,5	19,5
Other net investment	-4,6	-2,8	-35,7	10,5	18,5	6,5	4,2
Africa							
Net private capital flows	3,6	4,4	10,6	13,8	4,5	8,9	7,5
Net direct investment	1,1	2,9	3,6	4,2	5,3	7,7	6,0
Net portfolio investment	-0,8	-0,2	0,5	1,4	-0,3	2,6	1,7
Other net investment	3,3	1,6	6,5	8,1	-0,6	-1,3	-0,1
Middle East and Europe							
Net private capital flows	1,7	25,2	15,5	14,8	20,7	16,1	18,7
Net direct investment	1,1	3	4,2	5,1	4,3	5,1	4,6
Net portfolio investment	4,4	12,8	12,5	8,4	7,9	6,8	5,2
Other net investment	-3,8	9,4	-1,2	1,3	8,6	4,2	9,0

Fonte: FMI – World Economic Outlook

Gráficos dos fluxos de capitais



O período de 1980-1989 apresenta grande contraste se comparado com 1990-1993, onde os fluxos de capitais para os países emergentes passaram de US\$ 15,2 bilhões para US\$ 148,1 bilhões. Grande parte destes fluxos foram destinados aos países asiáticos e latino americanos, predominando os investimentos diretos e de portfólio (títulos e ações).

Em 1995, o fluxo de investimentos sofreu impacto devido a crise mexicana. A desvalorização do peso em dezembro de 1994 afetou a confiança dos investidores que praticamente suspenderam seus investimentos de portfólio para os países latino americanos. O montante investido passou de US\$60,6 bilhões em 1994 para US\$ - 0,1 bilhões em 1995.

Passada a crise, a América Latina recuperou os investimentos de portfólio, porém não conseguiu alcançar os padrões do crescimento de 1994.

A Ásia, no período de 1990 a 1996, foi a que mais atraiu investimentos, na sua maioria investimentos diretos que chegaram a US\$ 59 bilhões em 1996. Contudo, em 1997, quando a crise nos principais países asiáticos estourou, os fluxos de investimentos caíram consideravelmente. Os riscos aumentaram, e os investidores migraram para mercados que ofereciam maior estabilidade.

Nos países latino americanos, os efeitos da crise asiática foram sentidos com nova queda nos investimentos de portfólio. É importante observar porém que, mesmo após as crises mexicanas e asiáticas, os investimentos diretos mantiveram sua trajetória de crescimento.

II- VANTAGENS DA ENTRADA DOS BANCOS ESTRANGEIROS

Com a intensificação da globalização no setor financeiro muitos argumentos surgiram acerca dos benefícios que a entrada de bancos estrangeiros em mercados domésticos poderia proporcionar.

Levine (1996) menciona que a entrada de bancos estrangeiros iria melhorar a qualidade e disponibilidade de serviços financeiros no mercado doméstico aumentando a competição bancária e permitindo a aplicação de tecnologias mais avançadas; serviria também para acentuar o acesso dos países ao capital estrangeiro; e estimular o desenvolvimento da supervisão bancária e estrutura legal. Como os bancos estrangeiros possuem uma rígida disciplina de mercado e forte regulação bancária, entrando no mercado doméstico com essa estrutura ,incentivariam os bancos nacionais a aumentar o controle sobre suas atividades.

Bevilaqua (1998) descreve alguns argumentos a favor da entrada de estrangeiros. Entre eles:

Menor poder de mercado: Com a entrada de estrangeiros, aumentaria a competição e diminuiria o poder de mercado trazendo a economia para mais perto do equilíbrio competitivo com maior produto e menores preços para serviços financeiros. Neste caso consumidores sairiam ganhando enquanto que os bancos perderiam com a diminuição de seus lucros.

Baixos preços: A queda dos preços (menores juros), dada a entrada de competidores poderia levar a um ganho de bem estar para os consumidores.

Menores custos: Acredita-se que bancos estrangeiros possuem custos mais baixos do que os domésticos porque eles utilizam alta tecnologia e possuem grande know-how , logo sua mera presença poderia levar a uma queda de custos médios de intermediação financeira.

Modernização do sistema de pagamentos: Há esperanças que o sistema de pagamentos brasileiros possa vir a evoluir tendo como exemplo a tecnologia e eficiência do sistema de pagamentos estrangeiros.

Concluindo, a entrada de bancos estrangeiros deveria trazer maior concorrência proporcionando uma melhora na qualidade dos serviços e ao uso de novas tecnologias, assim como uma redução dos preços e à maior eficiência operacional.

III – MUDANÇAS NO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL

Até 1994, a economia brasileira possuía algumas características específicas, fundamentadas, principalmente em um crônico e acentuado processo inflacionário, coexistente com generalizada indexação . Esse quadro foi extremamente favorável ao Sistema Financeiro Nacional (ao bancário em particular) que se adaptou bem ao ambiente de alta inflação. Elevadas taxas de inflação , que em outras experiências históricas levaram a economia à desmonetização e o sistema financeiro ao colapso, no Brasil, contribuíram para alavancar a participação do setor financeiro na renda nacional.

As instituições financeiras brasileiras foram surpreendentemente bem sucedidas na implementação de inovações financeiras e no aproveitamento de oportunidades regulatórias, que lhes permitiram não apenas sobreviver meio a elevada inflação, como também acumular capital, desenvolver-se tecnologicamente e crescer, absorvendo parte considerável do imposto inflacionário gerado. Durante o longo e intenso período inflacionário, a atividade financeira sustentava-se dos recursos em trânsito (floating) e do financiamento ao desequilíbrio das contas públicas, concentrando-se em operações de curto prazo.

Se, por um lado, os efeitos do processo inflacionário no Brasil contribuíram para desencadear e manter o fenômeno da transferência de renda de outros segmentos para o financeiro, por outro, fizeram prevalecer também o princípio de que os bancos poderiam sobreviver independentemente de sua capacidade de

competir, deixando as questões relacionadas com a estrutura de custos e a eficiência produtiva em segundo plano.

III-1- O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL APÓS O PLANO REAL

Com a implantação do Plano Real (julho 1994), acentuou-se o processo de reordenamento da economia brasileira. Esse reordenamento alterou, radicalmente o cenário em que atuavam as instituições financeiras. A redução dos níveis inflacionários e a maior abertura da economia, revelou o grau de ineficiência de alguns setores domésticos, que passou a refletir-se na incapacidade de honrar os empréstimos concedidos pelos bancos, aumentando assim o grau de inadimplência para com o sistema bancário. Além disso, a política monetária restritiva, praticada a partir da implementação do Plano Real, contribuiu para gerar dificuldades creditícias enfrentadas por alguns setores da economia. Todos esses fatores conjugados com o desaparecimento dos ganhos inerentes ao processo inflacionário, evidenciaram a fragilidade de algumas instituições, que se mostraram incapazes de promover ajustes necessários para sua sobrevivência no novo ambiente econômico.

Dada a situação de insolvência de instituições financeiras, as autoridades governamentais, por intermédio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, passaram a tomar medidas no sentido de reestruturar e fortalecer o sistema financeiro. Nesse contexto foram adotadas medidas como a instituição do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER), Programa de Incentivo à redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) e criação do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

Além destes mecanismos, o governo brasileiro promoveu algumas mudanças na Legislação sobre o capital estrangeiro, visando atrair novos investimentos para o mercado nacional.

Em 1962, a Lei 4.131 que aplicou o princípio da reciprocidade no tratamento do ingresso de instituições estrangeiras no sistema financeiro brasileiro. O artigo 50 estabelecia que aos bancos estrangeiros autorizados a funcionar no Brasil, seriam aplicadas as mesmas ou restrições que a legislação de seus países de origem impunha aos bancos brasileiros que neles desejassem se estabelecer. Pelo artigo 51, ficava vedado, aos bancos sediados em países cuja legislação impunha restrições ao funcionamento de bancos brasileiros, adquirir mais de 30% das ações, com direito a voto, de bancos brasileiros. A participação estrangeira no capital de uma instituição brasileira foi limitada a 50% do capital social e um terço do capital com direito a voto.

Em 1964, com a lei 4.595 foi determinado que a entrada de instituições financeiras estrangeiras só poderia ocorrer mediante prévia autorização do Banco Central ou decreto do Poder Legislativo. Por outro lado, não foram estabelecidas restrições à instalação de escritórios de representações.

Na constituição de 1988, o artigo 52 do Ato das Disposições Transitórias, proibiu a instalação no Brasil de novas agências de instituições financeiras estrangeiras e o aumento do percentual de participação no capital de instituições financeiras com sede no país.

Em 1995, o ministro da Fazenda estabeleceu que era do interesse do país a entrada ou o aumento da participação de instituições estrangeiras no sistema financeiro. Dentre os aspectos destacados, incluíram-se a escassez de capitais nacionais, a eficiência operacional e a capacidade financeira superior dos bancos estrangeiros, com reflexos positivos sobre o preço dos serviços, o custo dos recursos oferecidos à população e a introdução de novas tecnologias. Em novembro do mesmo ano, a Resolução 2.212 eliminou a exigência de que o capital mínimo de um banco estrangeiro fosse o dobro daquele exigido de um banco nacional.

Os pedidos de entrada no Brasil têm sido analisados levando-se em consideração, além da capacidade financeira e a solidez da instituição estrangeira, os interesses e propriedades nacionais, ou seja, solucionar problemas de bancos em dificuldades, fortalecer o sistema financeiro nacional e reiterar a disposição do governo em dar continuidade à política de abertura externa do sistema financeiro. Em virtude do significativo número de bancos interessados em ingressar no país, o Banco Central passou a exigir o pagamento de um pedágio como contribuição para a recuperação dos recursos públicos utilizados para o saneamento do sistema financeiro. O montante cobrado para a aquisição de bancos tem oscilado em função, principalmente, da situação na qual a instituição a ser adquirida se encontra.

III-2 – IMPACTO DA ENTRADA DOS ESTRANGEIROS NA ESTRUTURA DO SISTEMA BANCÁRIO.

Como foi visto, diante do novo cenário econômico promovido pelo Plano Real, o governo brasileiro alterou a legislação, aliviando o regime fechado e

permitindo maior participação de bancos estrangeiros no mercado como forma de fortalecer o sistema.

Esta abertura teve início em 1996 com transferência para o controle estrangeiro de pequenas instituições financeiras, sob intervenção do Banco Central, justificadas por problemas de liquidez. Depois, foram autorizadas transações envolvendo grandes bancos, mas neste caso, as transferências para os estrangeiros eram apenas de uma parte do capital de bancos que já eram controlados por instituições estrangeiras. Como exemplos: Société Générale adquiriu os 50% que ele ainda não possuía do Banco Sogeral, e Banco de Galicia da Argentina substituiu o banco Brasileiro BCN com 23 % do capital do Banco BCN Barclays .

Em março de 1997, quando o Banco Bamerindus foi vendido para o banco anglo-asiático HSBC, o mercado teve uma amostra sobre o que estava por vir. Essa foi mais uma manobra do Banco Central, mas desta vez envolvendo um dos 5 maiores bancos privados do país, com o total de ativos de US\$ 10 bilhões e com 1.200 agências. A aquisi o custou ao HSBC US\$ 885 milhões. Outras vendas de grandes bancos foram realizadas, mas neste caso foram encontradas solu es envolvendo bancos domésticos. O Banco Nacional foi absorvido pelo Unibanco e o Banco Econ mico pelo Banco Excel.

Logo ocorreram outras aquisi es de bancos brasileiros por problemas de insolvência. Em agosto de 1997, o Banco Santander de Espanha adquiriu o controle do Banco Geral do Comércio, uma pequena institui o de varejo (ativos de US\$ 1,2 milhões e 77 agências). Alguns meses depois, comprou o Banco Noroeste (ativos

de US\$ 5,4 bilhões no total de ativos e 150 agências). O Banco Espírito Santo de Portugal adquiriu o controle do banco de varejo Boavista (Banco de Varejo com ativos de aproximadamente US\$ 4 bilhões). O Boavista tinha patrimônio líquido negativo e estava sobre ameaça de intervenção do Banco Central. O Banco Bandeirantes (total de ativos de US\$ 5 bilhões), também em dificuldades foi vendido para o português Caixa Geral de Depósitos (CGD). Em março de 1998 o Banco Sudameris (total de ativos US\$ 6,4 bilhões), antes controlado pela Banca Commerciale Italiana, foi autorizado a comprar o Banco América do Sul (total de ativos de US\$ 3,4 bilhões) e Fuji Bank como minoritário. O Banco Bilbao Vizcaya da Espanha, adquiriu o controle do Banco Excel Econômico (total de ativos US\$ 10 bilhões), que estava tendo dificuldades em administrar sua recente aquisição do Banco Econômico.

Em junho de 1998 o CS First Boston comprou o Garantia, o maior banco de investimento do país (ativos de US\$4,3 bilhões), pagando US\$ 850 milhões, mais US\$35 milhões de pedágio para o Banco Central. Um mês depois o Banco Real foi vendido para o banco holandês ABN- Amro. O Banco Real era o quarto maior banco privado no país, com aproximadamente US\$ 20 bilhões de ativos e 1.400 agências. O ABN Amro, que já possuía uma subsidiária local grande (total de ativos de US\$ 3,8 bilhões), pagou US\$ 3 bilhões por 40% das ações ordinárias e 100% das ações preferências e mais US\$ 70 milhões de pedágio para o Banco Central. (no apêndice pode ser encontrado um resumo completo sobre os decretos e operações que envolveram instituições estrangeiras nos últimos anos).

Como resultado de todas essas transações e outras menores não citadas, observou-se o aumento do capital estrangeiro no sistema bancário doméstico. No início de 1988 existiam 50 bancos com participação estrangeira no Sistema Financeiro Nacional, em 1999, este número chegou a 85 bancos.

TABELA 2 PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO PAÍS - CAPITAL VOTANTE

Posição: 05/10/88

PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO	BANCO COM.	BANCO MULT.	BANCO DE INVEST.	SCTVM	SDTVM	SAM	SCFI	C.H.	FILIAIS	TOTAL
00 ----- 20%	5		6	14	16	3	10			54
20 ----- 50%	4		24	18	33	17	6			102
50 ----- 80%	3		1	1	1	4	1			11
80 ----- 100%	4		3	3	19	17	11		19	76
TOTAL	16	0	34	36	69	41	28	0	19	243

Posição: 31/12/94

PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO	BANCO COM.	BANCO MULT.	BANCO DE INVEST.	SCTVM	SDTVM	SAM	SCFI	C.H.	FILIAIS	TOTAL
00 ----- 20%	1	8	1	10	9	6	2			37
20 ----- 50%	1	20	7	12	21	5	3			69
50 ----- 80%		3				1				4
80 ----- 100%		17		4	15	21	3		17	77
TOTAL	2	48	8	26	45	33	8	0	17	187

Posição: 31/12/98

PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO	BANCO COM.	BANCO MULT.	BANCO DE INVEST.	SCTVM	SDTVM	SAM	SCFI	C.H.	FILIAIS	TOTAL
00 ----- 20%	1	12	3	7	6	7	2			38
20 ----- 50%	1	13	2	2	12	7	3			40
50 ----- 80%		3	2	1	6	4	1			17
80 ----- 100%	1	40	3	26	21	27	2	2	16	138
TOTAL	3	68	10	36	45	45	8	2	16	233

Posição: 30/09/99

PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO	BANCO COM.	BANCO MULT.	BANCO DE INVEST.	SCTVM	SDTVM	SAM	SCFI	C.H.	FILIAIS	TOTAL
00 ----- 20%	1	12	3	7	9	8	3	1		44
20 ----- 50%		10	2	4	13	9	5			44
50 ----- 80%	1	5	3	1	2	1	1			15
80 ----- 100%	2	45	1	26	26	33	3	3	15	154
TOTAL	4	72	9	38	50	51	12	4	15	257

Fonte: Banco Central

Siglas:

SCTVM- Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

SDTVM- Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

SAM- Sociedade de Arrendamento Mercantil – Leasing

SCFI - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

C.H- Companhia Hipotecária

FILIAIS – Filiais de Bancos Estrangeiros

Desde 1988, o controle dos bancos estrangeiros sobre instituições nacionais aumentaram consideravelmente. Neste ano a participação estrangeira acima de 50% fez-se presente em 87 instituições, aumentando esse número para 169 em setembro de 1999.

Vale mencionar que, em se tratando apenas do sistema bancário, as instituições nacionais com participação estrangeira de 80 a 100% aumentou muito. Em 1988, 7 bancos nacionais tinham essa participação, já em 1999 esse número chegou a 48 instituições.

É importante notar o grande aumento da participação estrangeira em Bancos Múltiplos. Tais bancos passaram a existir no Brasil a partir de setembro de 1988, quando foi aprovada a Resolução 1.524 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em 1994, já existiam 48 Bancos Múltiplos com participação estrangeira, sendo que 20 com participação acima de 50%. Em 1998 esse número aumentou para 68, dos quais 43 com participação acima de 50% e em 1999 esse número chegou em 72 bancos sendo que 57 deles com controle estrangeiro.

Ainda em relação ao aumento da participação estrangeira no sistema financeiro nacional, é evidenciado o aumento do percentual estrangeiro nas operações de crédito e no patrimônio líquido da área bancária.

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS INSTITUIÇÕES NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA ÁREA BANCÁRIA

	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Bcos com Controle Estrangeiro	7,3	9,6	13,1	10,3	14,3	21,9
Bcos Privados Nacionais	48,2	55,6	49,2	55,3	51,8	49,8
Bcos Públicos (+Caixa Estadual)	15,0	11,1	12,4	12,4	11,5	11,4
CEF	4,0	5,3	12,0	8,9	9,1	5,4
BB	24,9	17,8	11,8	11,9	11,8	10,0
Cooperativas de Crédito	0,5	0,7	1,4	1,3	1,6	1,6
Área Bancária	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco Central

Pela tabela fica claro o aumento da participação estrangeira nas operações de crédito, passando de 7,3% em 1993 para 21,9% em 1998. Os bancos privados nacionais ainda são os que possuem maior participação nas operações, porém apresentaram certa perda no ano de 1998. O mais afetado parece ter sido o Banco do Brasil que em 1993 participava de 24,9% das operações de crédito e ao longo dos anos foi perdendo participação chegando a 10,0% em 1998.

TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS INSTITUIÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA ÁREA BANCÁRIA

	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Bcos com Controle Estrangeiro	6,6	5,2	5,7	8,6	11,7	12,2
Bcos Privados Nacionais	31,5	35,4	31,8	32,7	35,4	33,3
Bcos Públicos (+Caixa Estadual)	19,9	18,9	23,5	23,5	10,3	7,4
CEF	22,8	20,4	22,6	24,0	30,9	33,6
BB	19,1	19,9	16,0	10,6	12,5	12,5
Cooperativas de Crédito	0,2	1,3	0,4	0,5	1,0	1,0
Área Bancária	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco Central

Com relação a participação no patrimônio líquido da área bancária, os estrangeiros também aumentaram sua posição, só que desta vez os que mais sofreram foram os bancos públicos que perderam mais da metade de sua participação no patrimônio dos bancos. Os bancos privados por sua vez, apresentaram certa queda no período de 1998 devido a aquisição do Banco Real (4º maior banco) pelo holandês ABN-Amro.

Do ponto de vista do atendimento bancário prestado pelas instituições com controle estrangeiro, a partir da tabela abaixo, verifica-se que elas possuíam 247 agências em 1988 e fecharam o ano de 1998 com 2.395 agências, o que representa um aumento de participação de 1,52% em 1988 para 14,91% em 1998.

TABELA 5- PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO ATENDIMENTO BANCÁRIO NACIONAL

DATA	BANCOS ESTRANGEIROS	TOTAL DE AGÊNCIAS DO SISTEMA	% DE PARTICIPAÇÃO
1988	247	16.228	1,52
1993	384	17.972	2,14
1994	378	17.400	2,01
1995	360	17.181	2,02
1996	403	16.583	2,42
1997	1.610	16.255	9,83
1998	2.395	16.002	14,91

Fonte: Banco Central

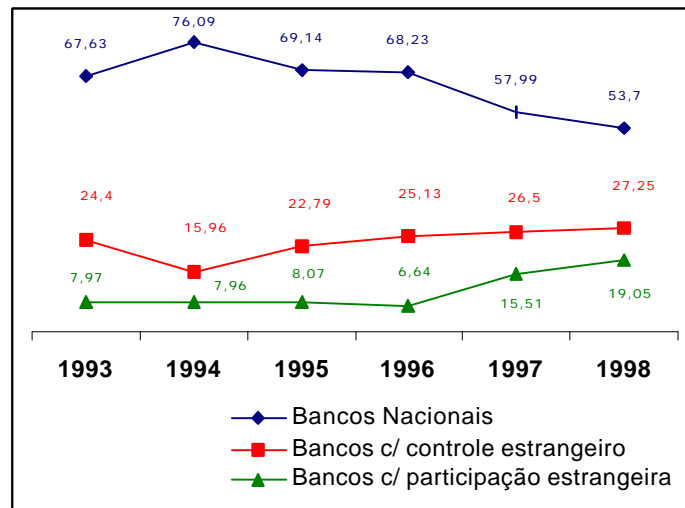
III-3 CAPTAÇÃO EXTERNA

Outro aspecto de funcionamento do mercado doméstico que sofreu com a entrada dos estrangeiros foi o de captação externa.

Segundo dados do Banco Central, a participação de bancos estrangeiros na captação de recursos no mercado internacional tem aumentado ano a ano enquanto a dos bancos nacionais decresce.

Tabela 6 -Captação Externa (em %)

	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Bancos Nacionais	67,63	76,09	69,14	68,23	57,99	53,7
Bancos c/ controle estrangeiro	24,4	15,96	22,79	25,13	26,5	27,25
Bancos c/ participação estrangeira	7,97	7,96	8,07	6,64	15,51	19,05



Em 1993 instituições brasileiras responderam por 67,63% do total que ingressou no país por emissão privada de dívida (títulos), tendo os estrangeiros representado os demais 32,37%.

No ano passado, o número correspondente aos nacionais caiu chegando a 53,70% das captações, enquanto que os estrangeiros realizaram 46,30% de captação (27,25% - bancos com controle estrangeiro e 19,05% - bancos com participação estrangeira).

Essa queda da participação dos bancos nacionais na captação estrangeira nos últimos 3 anos, aconteceu principalmente pelo fato da concorrência estrangeira. Como todos os bancos estrangeiros têm limite de “risco Brasil” (teto de recursos para o país), as matrizes de muitas instituições canalizam para suas controladas locais, quando não todo, a maior parte do dinheiro direcionado a financiamento de empresas brasileiras, sobrando nada ou muito pouco para repassar a outros bancos. Com esse sistema, os bancos estrangeiros conseguem captar crédito cobrando uma taxa menor do que os nacionais.

A conjugação de juros mais baixos internamente, o custo ainda alto de captação no exterior e oscilação do câmbio dificulta ainda mais a atuação dos pequenos e médios bancos no financiamento a comércio exterior e na emissão de dívida, o que favorece o ganho de terreno por parte dos estrangeiros.

Quando um grande banco nacional repassa linha para um menor, além do custo de captação, há o “spread” cobrado pelo intermediador, isto é, o pequeno banco quando capta através do grande banco paga uma certa taxa, logo, quando ele repassa essa captação ao cliente ele vai cobrar um pouco mais que o seu custo (spread) de modo a obter lucro na transação.

Em grande parte dos casos, o preço para o tomador final pode ficar muito caro, sendo preferível a obtenção de financiamento diretamente com os grandes bancos nacionais ou com as instituições estrangeiras, que devido as facilidades de transações e menores custos conseguem oferecer taxas mais atrativas ao tomador.

A entrada dos estrangeiros então, em se tratando de captação externa foi boa para os tomadores, que agora conseguem colocar papéis no mercado internacional pagando menores juros, porém foi muito prejudicial para os pequenos e médios bancos nacionais, que, sem recursos e credibilidade, não conseguem oferecer taxas mais baixas que as propostas pelos grandes bancos nacionais ou bancos estrangeiros.

Já os grandes bancos nacionais, não sofreram muito com o aumento da concorrência, pois normalmente não perdem o acesso a linhas externas, e muitas vezes, instituições financeiras que não operam diretamente no Brasil os escolhem para repassar suas linhas, ao invés de bancos estrangeiros aqui instalados, vistos de certa forma como concorrentes.

IV-EFEITOS DA ENTRADA DOS BANCOS ESTRANGEIROS NO MERCADO BRASILEIRO

IV-1-EFICIÊNCIA

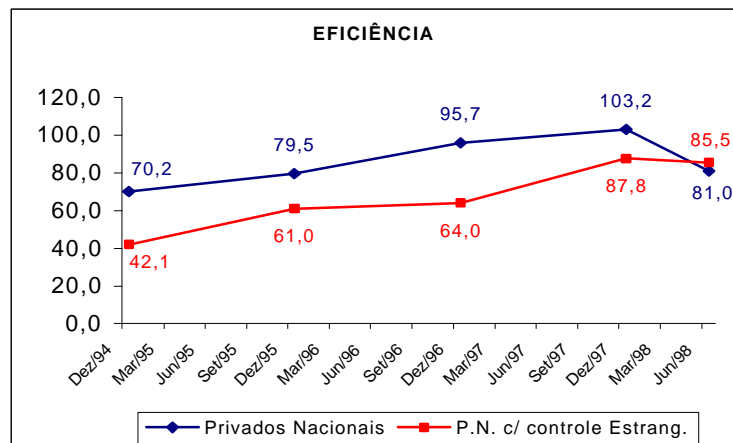
É esperado, que com a entrada dos bancos estrangeiros, melhore a eficiência geral do sistema financeiro, obrigando os bancos privados nacionais a buscar melhores resultados com menores custos.

Com a grande mudança no sistema financeiro nacional nos últimos anos, a entrada de bancos estrangeiros e aumento da concorrência, os bancos nacionais deverão conviver com juros mais baixos, custos menores, mais receitas de crédito e de tarifas e, para isso, terão que se esforçar para aumentar o nível de eficiência.

TABELA 8- EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE EFICIÊNCIA (DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL/RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA)

	1994	1995	1996	1997	1ºSem98
Públicos Federais	170,6	203,7	234,1	106,5	88,4
Públicos Estaduais	125,6	100,0	92,0	71,4	113,8
Privados Nacionais	70,2	79,5	95,7	103,2	81,0
P.N. c/ controle Estrang.	42,1	61,0	64,0	87,8	85,5
P.N. c/ Part. Estrang.	47,9	78,7	100,6	96,1	99,7

Fonte:BNDES



Os bancos privados nacionais em 1996 e 1997 apresentaram uma queda na eficiência muito alta, chegando ao final de 97 com índice de 103, 2%. Com a entrada dos estrangeiros e aumento de concorrência, este índice melhorou caindo para 81% no primeiro semestre de 1998, nível semelhante ao dos bancos privados com controle estrangeiro.

No caso dos bancos com controle estrangeiro, é importante observar que apesar de melhor atuação durante o período de 1994 e 1996, estas instituições sofreram queda de eficiência após aumento de participação no sistema bancário brasileiro, passando de um índice de 64,0% em 1996 para 87,8% em 1997.

Esta queda de eficiência pode ser explicada pelo aumento dos custos com os processos de transferência de controle acionário de suas aquisições. A tendência entretanto, é que, superada a fase inicial de ajuste, os índices de eficiência voltem a melhorar.

A tabela abaixo analisa o índice de eficiência de alguns bancos em particular, (medido pela divisão da soma das despesas de pessoal e administrativas pela soma da receita de juros e de serviços) e tenta evidenciar as propostas mostradas acima.

TABELA 9 - ÍNDICE DE EFICIÊNCIA SEPARADO POR BANCOS

	1995	1996	1º Sem 1997	1997	1º Sem 1998
Bradesco	74,0	79,1	75,41	78,1	69,45
Itaú	91,0	73,9	68,99	71,89	68,10
Unibanco	92,0	82	100,0	75,89	ND
Banespa	93,3	59,4	100,0	40,84	ND
BB	317,0	268	137,7	175,79	130,34
Santander	ND	ND	80,74	ND	94,09
HSBC Bam.	ND	ND	126,47	ND	96,24
Am. Do Sul	ND	ND	87,28	ND	255,81
Nossa Caixa	ND	ND	86,41	ND	76,06
Safra	ND	ND	69,9	ND	68,3

Fonte: Banco Bozano Simonsen, Deutsche Bank e Gazeta Mercant
ND: Não Disponíveis

De acordo com dados, encontramos o banco Santander com grande perda de eficiência após sua aquisição, em agosto de 1997, do banco Geral do Comércio e do Banco Noroeste. No primeiro semestre de 1997, seu índice de eficiência era de 80,74%, chegando a 94,09% no primeiro semestre de 1998.

Assim como ele, observamos o desempenho do banco estrangeiro HSBC, que no período de aquisição do Bamerindus (março de 1997), experimentou uma perda de eficiência expressiva, com índice igual a 126,47%. Contudo, no período posterior, o banco já conseguia apresentar melhora de eficiência mostrando a tendência acima mencionada, de que após a fase de ajuste que uma instituição passa depois de uma aquisição, os índices de eficiência tendem a melhorar.

Em relação aos bancos privados nacionais, ficam claros os ganhos de eficiência após a entrada dos bancos estrangeiros. O Itaú melhorou em relação aos quase 72% do ano de 1997 e 74% em 1996, chegando ao índice de 68% no 1º Semestre de 1998. O Bradesco por sua vez, com índice igual 78% ao final de 1997, apresentou melhora com índice de 69,45% em 1998.

IV-2 RENTABILIDADE

TABELA 10-INDICADORES DE RENTABILIDADE (LUCRO LÍQUIDO/ PATR. LÍQUIDO)

	Dez/94	1995	1996	1ºSem/97	1997	1ºSem/98
Públicos Federais	1,5	45	8,9	8,9	10,6	10,1
Públicos Estaduais	46,5	34,3	14,7	18,2	9,1	62
Privados Nacionais	15,8	0,3	12	13,2	-4,9	0,6
P.N. c/ controle Estrang.	22	10,5	18,2	18,7	4,2	15,4
P.N. c/ Part. Estrang.	36,9	22	24,1	30,6	7,7	15,1

Fonte: BNDES

A Tabela 10 apresenta indicadores de rentabilidade dos bancos (medido pela razão Lucro Líquido/ Patrimônio Líquido). Podemos observar em 1995 uma queda generalizada na lucratividade dos bancos privados nacionais causada pelas perdas de receitas de floating após o Plano Real e pelo aumento dos juros no final do ano.

Em 1997, um conjunto de fatores afetou a rentabilidade dos bancos privados, entre eles vale destacar o impacto da crise asiática no mercado doméstico e a maior presença de bancos estrangeiros. No 1º Sem de 1998 a lucratividade entre os bancos apresentou uma melhora, porém não conseguiu alcançar os mesmos níveis apresentados em 1996 devido a recessão que se instalou na economia e as pressões competitivas da entrada dos estrangeiros.

V- CONCLUSÃO

O sistema financeiro nacional passou por consideráveis transformações após a implementação do Plano Real. Com a estabilização econômica, redução dos níveis inflacionários e maior abertura, revelou-se um alto grau de ineficiência de alguns setores domésticos, que com a implantação de uma política monetária restritiva proposta pelo Plano, passaram a ter dificuldades em honrar com os empréstimos concedidos pelos bancos.

Com o aumento da insolvência bancária no período, foram tomadas algumas medidas de modo a fortalecer o sistema, entre elas, mudanças na regulamentação do capital externo que permitiram uma maior participação dos estrangeiros no mercado doméstico. No período de 1996 a 1998 vários bancos nacionais foram adquiridos por bancos estrangeiros que aumentaram seu controle sobre instituições financeiras nacionais, provocando grandes modificações na estrutura bancária brasileira.

A maior presença do capital estrangeiro no país, fez com que os bancos com controle estrangeiros aumentassem sua participação tanto nas operações de crédito como no patrimônio líquido da área bancária. Além disso expandiram-se o número de agências dos bancos estrangeiros, evidenciando o aumento da concorrência no mercado.

Evidências empíricas mostraram uma crescente participação dos bancos estrangeiros na captação de recursos nos mercados internacionais, prejudicando assim a atuação dos pequenos e médios bancos nacionais, que, sem recurso e credibilidade, não conseguiram combater a forte concorrência estrangeira.

Segundo a análise dos efeitos da entrada dos bancos estrangeiros sobre a eficiência, foi constatado uma queda de eficiência das instituições estrangeiras no período de 1996 e 1997 devido as aquisições de instituições financeiras nacionais com altos níveis de ineficiência. Já os bancos privados nacionais apresentaram uma melhora no primeiro semestre de 1998, indicando melhor performance com a entrada dos bancos estrangeiros. Entretanto, ainda é muito cedo para se ter uma análise clara dos efeitos da entrada estrangeira sobre a melhora de eficiência dos bancos nacionais.

Quanto aos efeitos sobre a rentabilidade dos bancos, vimos, que vários fatores macroeconômicos foram responsáveis pelas mudanças na lucratividade do sistema bancário. Contudo, não se pode descartar que o aumento da competitividade estrangeira no mercado doméstico, tenha trazido reduções de rentabilidade.

Espera-se, que passadas as turbulências externas, uma vez restaurada a estabilidade e organização econômica dos mercados nacionais, o Brasil, assim como outros países emergentes, possam usufruir dos benefícios providos pela liberalização financeira, gerando um maior bem estar para a economia como um todo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Claessens, S.& Demirgüç-Kunt, & Huizinga,H.” How Does Foreign Entry Affect The Domestic Banking Mrket”, Banco Mundial, 1998

Clarke, G.& Cull, R.& D’Amato, L & Molinari, A. “ The Effect of Foreign Entry On Argentina's Domestic Banking Sector” Banco Mundial

Bhattacharaya, Joydeep, " The role of foreign banks in developing countries: A survey of evidence". Cornell University, mimeo 1993

Mishkin, Frederick. “ The Economics of Money, Banking and Financial Markets”. Harper Collins, Nova York 1994.

Krugman, P & Obstfeld, M. “Internacional Economics – Theory and Policy” Eddison Wesley, 1997

Carvalho C.J. F. "Sistema Financeiro Internacional. Tendências e Espectativas" Texto de Discussão nº 395 - UFRJ, junho de 1997

Bevilaqua A. & Loyo E. "Openess and Efficiency in Brazilian Banking" Texto para Discussão - PUC- Rio, Setembro 1998.

Knight M. "Developing Countries and the Globalization of Financial Markets". Working Paper nº 105, Fundo Monetário Internacional, 1998

Adams C., Mathieson J. D. , Schinasi G. & Chadha B. "International Capital Markets- Developments Prospects and Key Policy Issues" , World Economic and Finacial Surveys, Fundo Monetário Internacional, Setembro 1998.

World Economic Outlook - Fundo Monetário Internacional, Outubro 1998

Barros M. R. J., Loyola G. & Bogdanski J. - "Reestruturação do Setor Financeiro ". Banco Central , 1998.

Relatório Semestral . "Evolução do Sistema Financeiro Nacional" Banco Central, 1998

Puga P. F. "Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à crise cambial." Textos para Discussão, BNDES, março 1999

Artigos Gazeta Mercantil, Folha de São Paulo e Jornal do Comércio.

